

Os discursos da Lei 9.696/98 e do Confef/Cref's acerca das identidades da Educação Física: a posse de bola em disputa

DÉBORA AVENDANO DE VASCONCELLOS SINOTI¹; VALDELAINE DA ROSA MENDES²

¹Faculdade de Educação / Universidade Federal de Pelotas 1 – debsinoti@gmail.com 1

²Faculdade de Educação / Universidade Federal de Pelotas – valdelainemendes@outlook.com 2

1. INTRODUÇÃO

A disciplina de Educação Física historicamente busca sua afirmação como área de conhecimento e atuação. Os questionamentos acerca de “Educação Física para quê?” e “Quem é o professor e/ou profissional¹ de Educação Física?”, são atuais, embora, estas questões já tenham sido evocadas a partir da década de 1940. Ao longo da história, a Educação Física sofreu modificações em seus paradigmas e objetivos, acompanhando as mudanças sociais e pedagógicas, voltados ao exercício de ver e rever o papel da educação, por exemplo.

De uma disciplina calcada no ideário higienista anterior a década de 1930, para a intensa valorização dos aspectos da capacidade de lutar e servir à Pátria, sob a perspectiva militarista logo a seguir em meados de 1940, esta foi inicialmente considerada centrada na realização de exercícios. Já na década de 1960, inúmeras correntes pedagógicas surgiram para “dar conta” dos papéis que a Educação Física escolar deveria assumir.

Paralelamente² a esse movimento, um perfil não escolar, voltado ao empreendedorismo, culto ao corpo e das práticas de atividades físicas ligadas à saúde, denotaram outros perfis à área. Com mais força na década de 1990, sob a égide da aptidão física, das modificações do mundo do trabalho e de políticas de cunho neoliberais, a Educação Física passou a ser valorizada, mais intensamente, em função das demandas do mercado de trabalho. Apresentando-se como: a escolar e a de bens e serviços. Mais especificamente iniciando-se na regulamentação da profissão a partir da Lei 9.696/98³, culminando com a reforma curricular – separação entre bacharelado e licenciatura –, denotando uma rachadura muito expressiva na formação e, conseqüentemente, na prática profissional e nas identidades dos egressos destes cursos.

No ano 2018, parcela da área comemora 20 anos de regulamentação da profissão e cerca de oito anos da separação curricular definitiva, outra, nega-a e rechaça a formação bipartida. Uma categoria que, em parte, não aceita seus

¹Denominação utilizada por parcela da área que colaborou significativamente para a regulamentação e conseqüente formação bipartida. Utiliza-se ao longo do texto as denominações de professor, profissional, docente, dentre outros, apenas para facilitar a busca de sinônimos, almejando-se uma escrita mais fluente. Embora tenha-se ciência da diferença entre professor e profissional para este âmbito. Pois, a partir de que se assumiu o termo profissional da Educação Física, foi que se possibilitaram a regulamentação e separação na formação almejando-se a separação das identidades docentes à área.

² Neste período da história da Educação Física, além de um processo de despedagogização da área em prol da afirmação de uma identidade biológica e médica, intensificaram-se também os discursos em função do mercado de trabalho: Educação Física como bem de serviço, voltada fortemente às atividades físicas. Dois discursos que, ao meu ver, capturaram a área e possibilitaram a regulamentação e reforma.

³Lei que regulamentou o exercício dos profissionais em Educação Física e criou os respectivos conselhos Confef e Cref's.

respectivos conselhos profissionais Conselho Federal de Educação Física (Confef) e Conselhos Regionais de Educação Física (Cref's), conselhos extremamente atuantes e determinantes para a regulamentação e reforma curricular, e ainda, em tentativas nas determinações quanto às identidades da profissão.

A partir de então uma infinidade de processos legais tanto pela disputa de espaços de atuação pela área, como certa dificuldade de atribuir-se o que cabe à Educação Física, graças à Lei 9.696/98 dentre outros acontecimentos, movimentam o âmbito. Os licenciados e bacharéis têm travado disputas judiciais em função de tais transformações e de compreensões diferenciadas quanto ao papel dos graduados em Educação Física. Em contrapartida, outras áreas estão abarcando espaços anteriormente atribuído à Educação Física. Em meio ao contexto apresentado, problematiza-se que cenário foi construído e como se apresenta ao longo de 20 anos, a partir das determinações da Lei 9.696/98 e as deliberações “polícialescas” do Confef/Cref's, em busca de identidades específicas e estanques.

Ao dia 1º de setembro de 2018 faz 20 anos da regulamentação da Educação Física, graças a homologação da lei 9.696/98. Data aliás, comemorativa para parcela⁴ da área, criada pelo Confef, considerada o dia do profissional de Educação Física. Embora a lei tenha sido sancionada em setembro de 1998, e a separação apenas alguns anos mais tarde, nos bastidores da Educação Física, este debate data da década de 1940.

Com este cenário problematiza-se: **Quais as implicações dos discursos da Lei 9.696/98 e do Confef/Cref acerca das identidades da Educação Física nas atuações profissionais dos graduados pela Esef /UFPeI a partir de 2010⁵?** Tendo-se como objetivo: **Analisar as implicações dos discursos da Lei 9.696/98 e do Confef/Cref acerca das identidades da Educação Física nas atuações dos graduados da Esef/UFPeI, a partir de 2010.** Propondo-se analisar os discursos da Lei 9.696/98, das normativas do Confef/Cref's e suas estratégias para a produção de subjetividades dos graduados em Educação Física.

Como perspectiva teórica e ferramenta de análise, propõe-se a análise de discurso em FOUCAULT (2009; 2013) com conceito de discurso, além de poder e sujeito. Discursos que falam acerca de identidades (HALL, 2000), produzindo verdades e subjetividades.

Fazendo-se uma analogia com o jogo de futebol, como todo jogo, este obedece a regras e povoa o imaginário coletivo acerca de seu funcionamento. É “jogado”, não por indivíduos, mas por uma coletividade que sofre diversas influências para seu desempenho em campo. A Educação Física, impregnada de movimentos corporais, jogos, esportes, culturas e tantas outras infinidades de manifestações “joga” e faz “jogarem-se” o futebol, entre tantos outros. E que “jogo” é o “jogo jogado” durante 20 anos de regulamentação pelos graduados em Educação Física, em especial, da Esef/UFPeI? Quem joga o jogo? Quais regras “futebolísticas” e oficiais circulam “pela” e “na” Educação Física?

Poder como uma correlação de forças que constituem e são constituídas, assim como no futebol. Considerando-se o futebol como um discurso mais potente que o próprio esporte, em um conjunto de leis, instituições e

⁴A data foi criada pelo Confef. A parcela favorável à regulamentação e separação na formação comemora a data. Paralelamente, há um movimento contra a regulamentação que se considera professor de Educação Física, independentemente da formação, comemorando seu dia em 15 de outubro, o dia do professor.

⁵A partir de 2010 as primeiras turmas, com a formação bipartida, formaram-se na Esef/UFPeI.

representações do que o “conjunto futebol” venha a significar. A Educação Física, suas instituições, legislações e compreensões acerca de si, também compreendidas neste sentido. Um cenário imbricado de poder, disputas e discursos. Discursos que dizem o que é a Educação Física, quem são seus profissionais, onde podem atuar e como. Discursos que determinam identidades estanques à Educação Física.

2. METODOLOGIA

Como proposta metodológica pretende-se trabalhar com o conceito de discurso a partir da Análise de Discurso em Foucault. Os discursos interpelam os sujeitos, produzem e ao mesmo tempo são produzidos. Pretende-se observar as forças das “regras oficiais” do jogo, suas compreensões e determinações acerca de “quem é a Educação Física” e que rumos estão tomando e fazendo-se tomar. Para tanto propõem-se analisar as implicações dos discursos da Lei 9.696/98 e das resoluções do Confef/Cref’s acerca das identidades da Educação Física, nas atuações profissionais da área e que subjetividades estão sendo produzidas a partir de então.

2.1 Contexto e sujeitos da pesquisa

O contexto da pesquisa se dará na única universidade pública da cidade de Pelotas do Rio Grande do Sul (RS), com Graduação em Bacharelado e Graduação em Licenciatura, ambos em Educação Física, na Esef/UFPeL. Propõe-se um estudo com os graduados formados a partir de 2010, momento em que saíram as primeiras turmas com licenciados e bacharéis, com graduados em Educação Física de 2010 a 2014, com uma janela de tempo suficiente entre a formação inicial e certa acomodação profissional.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A temática deste estudo são os 20 anos de regulamentação da profissão de Educação Física e suas implicações para o âmbito. O escopo, é a atuação e os discursos dos conselhos Confef/Cref’s, e da Lei 9.696/98 como uma das principais implicações de determinações identitárias à área desde então. Ao realizar-se um Estado do Conhecimento foi observado um número expressivo de estudos, voltados ao tema, em especial de resistência, durante os anos que antecederam a regulamentação e consequente reforma. A partir de 2010 observou-se intensos debates entre a área, conselhos e órgãos educacionais quanto aos espaços e identidades atribuídas à Educação Física.

As reflexões e discussões a serem desenvolvidas servirão para auxiliar no argumento de que, provavelmente, esteja ocorrendo certo esmaecimento ou deslizamento das identidades da área. Suspeita-se de que a Educação Física esteja sendo vista apenas como um método auxiliar de outras áreas médicas, ou ainda, sendo compreendida, de maneira cada vez mais intensificada, como uma ferramenta performática e tecnicista causando um deslizamento nas compreensões do que significa ter-se saúde, por exemplo, ou ainda, em dúvidas quanto ao seu papel social. Em especial, reduzindo-se o bacharelado ao ramo das atividades físicas com um viés muito restrito e apequenado, em virtude da Lei 9.696/98.

Observa-se uma disputa acirrada entre os meios escolar e extraescolar. Igualmente desconfia-se de que as promessas de garantias de espaço de atuação e do fortalecimento deste âmbito, como motivos para ambos a regulamentação e reforma, tenham justamente causado o contrário. A ratificação

da associação de uma identidade médica à Educação Física, separada da identidade docente, está resultando em perdas de espaço para áreas da saúde de maior prestígio, revisitando-se o século XIX. Momento em que esta, era vista apenas como auxiliar das áreas médicas, tão-somente com o viés performático e higienista (SOARES, 2003). Propondo-se um estudo com ambas graduações, com a justificativa de refletir acerca da Educação Física enquanto área interdisciplinar, não, como área fragmentada.

4. CONCLUSÕES

Pensar e ver a Educação Física de dentro, em suas “entranhas” é um exercício necessário com vistas a refletir-se os rumos tomados pela área, ao longo destes 20 anos. Quem são os licenciados e bachareis e como percebem suas identidades profissionais? Como estarão os graduados, dentro do mercado de trabalho, a partir de então e como estas identidades profissionais estão produzindo e sendo produzidas? A quem ainda interessa a formação bipartida? Qual o “jogo” jogado a partir dos discursos da Lei 9.696/98 e do sistema Confef/Cref’s?

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18.ed. São Paulo/SP: Loyola, 2009.

_____. **A Arqueologia do saber**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

HALL, Stuart. ‘Quem precisa da identidade?’ In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.); Stuart Hall; Kathryn Woodward. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. ISBN 85-326-2413-8.

SOARES, Carmem Lúcia. Do corpo, da Educação Física e das muitas histórias In: **Movimento**, Porto Alegre, v.9, n.3. p.125-147, set./dez. de 2003.